



Nota à Comunicação Social

REVISÃO DO ESTATUTO DAS CARREIRAS DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

GOVERNO VIOLA DIREITO À NEGOCIAÇÃO COLECTIVA

O Governo está a violar o direito à negociação colectiva na Administração Pública ao tentar substituir a existência de um processo negocial do conteúdo da proposta de revisão do estatuto das carreiras da Polícia Judiciária, por uma mera audição desta Federação, numa reunião de trinta minutos(!) para a qual foi convocada no próprio dia da sua realização.

Este tipo de comportamento do Governo, na tentativa de substituir a negociação colectiva pela mera audição dos representantes dos trabalhadores, não é inédita, já que tem tentado fazer o mesmo, no processo de revisão das carreiras de inspecção operacional.

No caso concreto do estatuto das carreiras da Polícia Judiciária, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (FNSTFPS) foi notificada no passado dia 17, pelas 12h11, para comparecer pelas 19h00 do mesmo dia, no Ministério da Justiça para uma reunião (de trinta minutos...) no sentido proceder à “(...) *conclusão da audição relativa à revisão das carreiras especiais da Polícia Judiciária* (...)”.

Em simultâneo, foi remetido pela Ministra da Justiça uma nova proposta do Ministério que supostamente tem em consideração as diversas propostas apresentadas pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da Polícia Judiciária, pensando esta Federação, que serviria como base para a futura negociação acordada e estabelecida na primeira reunião formal que foi realizada no passado dia 30 de maio de 2019, onde ficou corporizado que a negociação coletiva, realizada a coberto da lei, teria como metodologia a discussão artigo a artigo.

Constatamos que a nova proposta mantém inalterado o conteúdo da proposta publicada em BTE, em 22 de Maio de 2019, sofrendo apenas rearranjos cosméticos e não respondendo minimamente às reivindicações dos trabalhadores da PJ.

O documento contradiz todas as declarações públicas da Ministra da Justiça, persistindo no erro de desconsiderar os trabalhadores da Polícia Judiciária, colidindo

objetivamente com a dignidade do exercício da profissão, o direito à carreira e estrangulando esta instituição, pilar no sistema de Justiça.

A Federação, exigindo o cumprimento do direito à negociação colectiva, remeteu email à Ministra da Justiça, informando que nos era impossível comparecer na referida reunião, com o objetivo tão complexo como o da matéria aqui em discussão, com uma convocatória enviada no próprio dia em que pretendem reunir.

O artigo 351.º, n.º 5 da LTFP diz clara e inequivocamente que “**A convocação de reuniões dentro do procedimento negocial tem de ser feita com a antecedência mínima de CINCO DIAS ÚTEIS, salvo acordo das partes.**”, calendário ostensivamente ignorado e violado pelo Ministério da Justiça.

A FNSTFPS não aceita “políticas de facto consumado” que põem em causa a Negociação Colectiva, pelo que irá continuar, por todos os meios sindicais e institucionais, a exigir a negociação efectiva do estatuto profissional dos trabalhadores da Polícia Judiciária.

Assim, exige da Ministra da Justiça, a marcação de uma reunião, com vista à abertura do processo negocial com base na contraproposta apresentada pela Federação e que aquela seja marcada com a devida antecedência, sob pena, de serem decididas formas de luta, para repor os direitos violados.

18 de Julho de 2019

O Gabinete de Informação